



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682529 - SP (2021/0233649-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO PAULO VIANA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO PAULO VIANA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2142796-48.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso II e §2º-A, inciso I, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, bem como a falta dos requisitos legais para a preventiva, nos termos do art. 312 do CPP.

Alega, ainda, que "Verifica-se que o fato imputado ao acusado, por si só, não importa em gravidade, não havendo qualquer elemento nos autos, exceto a impressão subjetiva do douto juízo de primeiro grau, a demonstrar a existência de necessidade de garantia da ordem pública. " (fl. 6)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fl. 9):

Habeas Corpus. Roubo Majorado. Decretação da prisão preventiva. Alegação de motivação insuficiente. Decisão calcada

na fundamentação genérica. Desnecessidade da custódia. Condições subjetivas favoráveis. Liminar indeferida.

1. Fumus comissi delicti que emerge dos elementos informativos que foram colhidos em sede policial. Imediatidade e visibilidade da prática delituosa que conferem um quadro de justa causa para a ação penal e para as medidas cautelares pessoais, as quais subsidiaram o oferecimento da denúncia e o juízo de admissibilidade positivo que dela se seguiu. 2. Periculum libertatis. Gravidade concreta dos fatos. Circunstâncias que evidenciam a necessidade, não só de resguardo da ordem pública, como também do correto andamento da instrução criminal e aplicação da lei penal. Insuficiência das medidas cautelares alternativas. 3. Ausência de prova indicativa de que o paciente possuísse comorbidade que o inserisse no grupo de risco da Covid-19. 4. Audiência designada para data próxima. Perspectiva de encerramento da instrução processual que não evidencia o excesso de prazo da custódia cautelar. 5. Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência